

RECURSO ESPECIAL Nº 1.410.769 - SC (2013/0340132-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **ADÍLIO ZANATTA**
RECORRENTE : **JAYME ANTÔNIO ZANATTA**
ADVOGADO : **IRAN JOSÉ DE CHAVES E OUTRO(S) - SC003232**
RECORRIDO : **PAULO ROBERTO FREDERICO**
ADVOGADOS : **MARCELO DA LUZ - SC012875**
 : **RAYMUNDO MARCOMIM E OUTRO(S) - SC012785**
 : **VANESSA RECH DAGOSTIM - SC032069**
INTERES. : **TEREZINHA CASAGRANDE ZANATTA E OUTROS**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO. EMBARGOS À ARREMATAÇÃO. 1. ALEGAÇÃO DE PREÇO VIL. AFASTAMENTO PELO TRIBUNAL LOCAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADIMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 2. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO VALOR DE AVALIAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. 3. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por Jayme Antônio Zanatta e Adílio Zanatta fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional.

Depreende-se dos autos que os recorrentes opuseram embargos à arrematação contra Paulo Roberto Frederico, os quais foram liminarmente rejeitados pelo Juízo de primeiro grau.

Interposto recurso de apelação, o Tribunal de origem concluiu por negar-lhe provimento, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 442):

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À ARREMATAÇÃO - INTIMAÇÃO DOS EXECUTADOS ACERCA DAS DATAS DE REALIZAÇÃO DAS HASTAS PÚBLICAS, EFETIVADA POR INTERMÉDIO DOS ADVOGADOS PROCURADORES DEVIDAMENTE CONSTITUÍDOS - VALIDADE DO ATO - PRESCINDIBILIDADE DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESPECTIVOS CÔNJUGES ACERCA DA VENDA JUDICIAL DAS 3 (TRÊS) GLEBAS RURAIS - EXEGESE DO ART. 687, § 5º, DO CPC - AUSÊNCIA DE OUTORGA UXÓRIA - INTERESSE PROCESSUAL EXCLUSIVO - NULIDADE QUE DEVERIA TER

SIDO ARGÜIDA PELAS DITAS ESPOSAS - OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE CARÁTER NITIDAMENTE PROCRASTINATÓRIO - ESCORREITA APLICAÇÃO DA MULTA PRECONIZADA NOS ARTS. 600, INC. II, E 601, DO CPC, ALÉM DA IMPOSIÇÃO DE PENA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.

Em suas razões recursais, os recorrentes apontam a violação dos arts. 17, 18, 20, 600, 601, 692 e 746 todos do CPC/1973, bem como dissídio jurisprudencial. Em síntese, sustentam que "os bens leiloados foram avaliados em 31 de outubro de 2007 pelo preço de R\$1.030.000,00 e somente após decorrido mais de 10 meses é que houve a arrematação. Tendo a arrematação ocorrido em agosto de 2008, cumpria o juiz sentenciante - acórdão recorrido - promover a atualização monetária do bem, que na data da arrematação alcançou o valor de **R\$1.097.165,12** e não poderia ser vendido por menos de **R\$548.582,56**, sob pena de preço vil" (e-STJ, fl. 505).

Insurgem-se também contra a aplicação de multa por litigância de má-fé e prática de ato atentatório à dignidade da Justiça, bem como acerca dos honorários advocatícios fixados.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 690-712).

Brevemente relatado, decido.

A despeito do esforço argumentativo dos recorrentes, o recurso especial não pode ser conhecido.

Com efeito, a respeito da alegação de preço vil, verifica-se que o acórdão recorrido foi expresso em consignar que o preço da arrematação ultrapassou o percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação do imóvel. Desse modo, a alteração dessa conclusão dependeria do reexame dos fatos e provas, situação que escapa aos estreitos limites do recurso especial (Enunciado n. 7/STJ).

De outra banda, a necessidade de atualização monetária do valor da avaliação em virtude do transcurso do prazo, alegação deduzida para demonstrar a

Superior Tribunal de Justiça

inobservância do percentual mínimo para configuração de preço vil, é questão que não foi enfrentada pelo acórdão recorrido. Tampouco a matéria foi suscitada quando da interposição dos embargos de declaração, a fim de provocar a manifestação do Tribunal a seu respeito. Desse modo, não há o prequestionamento da questão, o que atrai o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

Com esses fundamentos, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator